



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE MARABÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - ICH
FACULDADE DE GEOGRAFIA

SUELY PEREIRA MELO

**AGENTES E PROCESSOS DA FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL DO
BAIRRO AMAPÁ, EM MARABÁ (PA)**

MARABÁ – PA
Janeiro de 2017

SUELY PEREIRA MELO

**AGENTES E PROCESSOS DA FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL DO
BAIRRO AMAPÁ, EM MARABÁ (PA)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Geografia da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará como requisito à obtenção de título acadêmico em Licenciatura e Bacharelado em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Marcus Vinicius Mariano de Souza.

MARABÁ – PA
Janeiro de 2017

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Biblioteca Josineide da Silva Tavares da UNIFESSPA. Marabá, PA

Melo, Suely Pereira

Agentes e processos da formação socioespacial do bairro Amapá, em Marabá (PA) / Suely Pereira Melo ; orientador, Marcus Vinicius Mariano de Souza. — 2017.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Campus Universitário de Marabá, Instituto de Ciências Humanas, Faculdade de Geografia, Curso de Licenciatura e Bacharelado em Geografia, Marabá, 2017.

1. Comunidade urbana - Desenvolvimento – Marabá (PA). 2. Geografia humana. 3. Marabá (PA) - História. 4. Espaços públicos. I. Souza, Marcus Vinicius Mariano de, orient. II. Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. III. Título.

CDD: 22. ed.: 307.76098115

Dedico este trabalho à minha família e amigos, que me apoiaram durante essa caminhada na universidade e que contribuíram de alguma forma para que este trabalho fosse alcançado.

Também dedico aos meus queridos professores com apoio e incentivos me fizeram acreditar que sou capaz e em especial ao meu mestre e orientador por sua competência e atenção.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao autor da vida por sempre ter me dado força, coragem para lutar todos os dias. Aos meus pais por me oferecer a melhor educação dentro de suas possibilidades, minha irmã querida um exemplo de superação, em especial ao meu lindo esposo por me ensinar a perder e ganhar e ao meu filho o passaporte da minha felicidade.

Agradeço aos meus professores, aquele professor que me encheu os olhos de alegria e ao meu orientador.

A todos os meus colegas de classe, aqueles que se fizeram presentes e não vão deixar de ser anjos em minha vida.

RESUMO

O presente trabalho apresenta recortes espaço-temporais através dos principais marcos históricos no período que compreende 1926 a 2016 com intuito de demonstrar as etapas do processo de construção socioespacial do bairro Amapá pelos diferentes agentes que se apropriam, transformam e consomem espaço. O trajeto decorre desde a grande enchente de 1926, que levou a procura de locais mais altos onde a natureza nesta etapa torna-se o principal processo que modifica a configuração espacial urbana até os dias contemporâneos. Esse percurso histórico permite visualizar o processo de apropriação e transformação do espaço intraurbano uma vez que o bairro se constituía como um dos principais nós de ligação da cidade. A partir da construção da ponte sobre o rio Itacaiúnas em 1980~1981 com a promessa de desenvolvimento acaba por causar uma reorganização no fluxo da cidade conferindo ao bairro apenas uma inserção de forma parcial na dinâmica da cidade. Com as dinâmicas no espaço regional através de grandes projetos pensados para a região acaba por provocar um aumento no fluxo de migração para o município e como consequência a demanda por moradia, o que promove o surgimento de novas áreas. Apesar de ser um dos bairros mais antigos da cidade o Amapá sofre com a falta de estrutura e equipamentos urbanos principalmente nas áreas próximas ao rio, realidade diferente das imediações próximas à rodovia Transamazônica no qual se concentra órgãos e instituições públicas e privadas, provocando uma diferenciação sócio espacial resultante da ação destes sujeitos e dos interesses sociais.

Palavras chaves: Espaço Urbano, Espaço Intraurbano, Marabá-PA, Amapá.

ABSTRACT

This paper presents spatiotemporal cuts through the main landmarks in the period comprising 1926-2016 aiming to set forth the stages of socio-construction process of Amapá district by different agents who appropriate, transform and consume space. The path elapse from the great flood of 1926 led to demand for higher ground where nature at this stage becomes the main process that modifies the urban spatial configuration to contemporary days. This historic route allows you to view the process of appropriation and transformation of space intra-urban where the neighborhood which was one of the main city interchanges and from the bridge over the Itacaiúnas River in 1980-1981 with the promise of development ultimately cause a reorganization in the city flow giving the neighborhood just a partial insertion in the dynamics of the city. From this dynamic in the regional space through large projects designed for the region ends up causing an increase in the flow of migration to the city and as a result the demand for housing which promotes the need for housing and the arising of new areas. Despite being one of the oldest neighborhoods in the city, the Amapá district suffers from a lack of infrastructure and urban facilities mainly and areas near the, a river very different reality in the vicinity near the Trans-Amazon highway which concentrates agencies and public and private institutions causing a socio-spatial differentiation resulting from the action of these subjects and social interests.

Key words: Urban Space, intra-urban space, Maraba-PA, Amapá.

LISTA DE QUADRO

- Quadro 01: Processos históricos (Marcos) do Bairro Amapá.....25/26

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Aspectos da população “acampada” no Amapá.....	16
Figura 02 - Bairro Amapá – Área urbana indicada.....	17
Figura 03 - Enchente de 1926.....	22
Figura 04 – Localização Bairro Amapá.....	23
Figura 05 - Balsa para travessia de veículos.....	24
Figura 06 - Inauguração ponte sobre o rio Itacaiúnas (1981)	27
Figura 07 – Vista aérea ponte sobre o rio Itacaiúnas.....	28
Figura 08 – Depósito de cascalho e areia as margens rio Itacaiúnas.....	30
Figura 09 – Placa indicativa de venda de Areia.....	30
Figura 10 – Atual porto da Balsa.....	31
Figura 11 – Canoas as Margens do Rio Itacaiúnas.....	31
Figura 12 – Rua do Aeroporto.....	32
Figura 13 – Rua porto da Balsa.....	32
Figura 14 – Rede de esgoto rua das canoinhas bairro Amapá.....	32
Figura 15 – Terreno ‘baldio’ Av. Espírito Santo Amapá.....	33
Figura 16 – Escritórios de Advocacia.....	33
Figura 17 – CMM.....	34
Figura 18 – SMS.....	34
Figura 19 – INCRA.....	34
Figura 20 – INSS.....	35
Figura 21 – Relação de lotes vazios e estrutura das casas.....	38

LISTA DE SIGLAS

C.E.F – Caixa Econômica Federal

CMM – Câmara Municipal de Marabá

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

DNIT - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INSS – Instituto Nacional de Seguridade e Previdência Social

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

PLHI - Plano Local de Habitação e Interesse Social

PGC - Programa Grande Carajás

PMM – Prefeitura Municipal de Marabá

SEVOP - Secretaria de Viação e Obras Pública

SEPLAN - Secretária Municipal de Planejamento

SMS – Secretaria Municipal de Saúde

SDU – Superintendência de Desenvolvimento Urbano

SUDAM – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia

UEPA - Universidade do Estado do Pará

UAB – Universidade Aberta do Brasil

Sumário

LISTA DE QUADRO.....	8
LISTA DE FIGURA.....	8
LISTA DE SIGLAS.....	9
1. INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO 1: A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DO BAIRRO AMAPÁ.....	12
1.1. Agentes produtores do espaço no bairro Amapá.....	14
CAPITULO 2: UM OLHAR SOBRE O BAIRRO: processo de formação do Amapá.....	19
2.1. Apresentação do PLHIS - Plano Local de Habitação e Interesse Social (proposta de intervenção no bairro Amapá).....	35
2.2. Apontamentos do PLHIS referente bairro Amapá.....	37
3. CONCLUSÕES.....	40
4. REFÊRENCIAS.....	42

1. INTRODUÇÃO

A cidade de Marabá originou-se nas confluências dos rios Itacaiúnas e Tocantins, no Sudeste do Pará. Devido sua área estar em uma topografia baixa, a cidade sofre constantes cheias. O histórico da expansão urbana de Marabá está intrinsecamente ligado a dois fatores o primeiro relacionado às cheias dos rios Tocantins e Itacaiúnas e o segundo como resultado da intensa migração resultante dos projetos de colonização projetados para a região o que gera uma demanda habitacional principalmente com o projeto de colonização da rodovia Transamazônica. Diante desse cenário, novos espaços de povoamento foram sendo criados de forma organizada ou não em Marabá.

Assim observa-se que a ocupação do bairro Amapá esteve totalmente atrelada a esse contexto de formação espacial de Marabá, sendo um bairro constituído em diferentes momentos históricos que se materializa na paisagem do espaço urbano. Sendo o espaço urbano é um meio/produto social e histórico que possibilita o desenvolvimento das atividades e das relações humanas bem como o resultado materializado das disputas entres os diferentes agentes sociais que apresentam interesses em determinados momentos divergentes, em outros convergentes: organizações, instituições públicas e privadas e classes sociais na organização e no arranjo espacial promovendo uma diferenciação desigual no espaço intraurbano.

Sobre essa perspectiva o presente trabalho tem como objetivo geral compreender as dinâmicas envolvidas no processo formação socioespacial do bairro Amapá através dos agentes e os processos envolvidos tendo como recorte temporal 1926 a 2016 e como objetivos específicos: Identificar os agentes responsáveis pela formação socioespacial do bairro Amapá; compreender os processos envolvidos na formação do bairro Amapá; analisar as dinâmicas entre a cidade Marabá e a formação do bairro do Amapá. O trabalho se justifica pela necessidade de compreender as transformações ocorridas no bairro Amapá e como, essas, afetaram a dinâmica do bairro, inserindo-o de forma parcial no espaço intraurbano: mobilidade, segregação espacial, infraestrutura e econômica. Para a construção desse trabalho foi realizado pesquisa sobre referencias que conduzissem a compreensão acerca do tema, pesquisa de campo com processo investigativo de observação e entrevistas com moradores residente do bairro e agentes públicos. Para tanto será utilizado como ferramentas: discussão metodológica respeito dos seguintes conceitos: bairro e lugar. E como categoria de análise: Espaço Urbano.

CAPÍTULO 1: A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DO BAIRRO AMAPÁ

O espaço urbano na ciência geográfica pode ser entendido como o resultado da organização das sociedades no território. Esse espaço é percebido sob duas óticas: a primeira relacionada à rede urbana, sendo compreendida a partir da relação entre um conjunto de cidades e a relação meio urbano-meio rural; a segunda é o espaço intraurbano, o espaço interno das cidades, sua estrutura (GONÇALVES, 2007).

Para Corrêa (1989, p. 11), o espaço urbano é:

Fragmentado, articulado, reflexo, condicionante social, cheio de símbolos e campo de lutas – é um produto social, resultado de ações acumuladas através do tempo, e engendradas por agentes que produzem e consomem espaço. São agentes sociais concretos, e não um mercado invisível ou processos aleatórios atuando sobre um espaço abstrato. A ação destes agentes é complexa, derivando da dinâmica de acumulação de capital, das necessidades mutáveis de reprodução das relações de produção, e dos conflitos de classe que dela emergem. A complexidade da ação dos agentes sociais inclui práticas que levam a um constante processo de reorganização espacial que se faz via incorporação de novas áreas ao espaço urbano, densificação do uso do solo, deterioração de certas áreas, renovação urbana, relocação diferenciada da infraestrutura e mudança coercitiva ou não, do conteúdo social e econômico de determinadas áreas da cidade.

Assim observa que o espaço urbano é um espaço reflexo da articulação dos fluxos de capitais, mercadorias, pensamentos, informações e entre outros, identificando e definindo cada área dentro da própria cidade, como afirma Corrêa (1989, p. 7):

Tais usos definem áreas, como o centro da cidade, o local de concentração de atividades comerciais, de serviços e de gestão, áreas industriais, áreas residenciais distintas em termos de forma e conteúdo social, de lazer, entre outras, aquelas de reserva para futura expansão.

É importante salientar que o espaço urbano é um produto social e histórico, por ser um espaço geográfico (SOUZA, 1988; CORRÊA, 1989; CARLOS, 2001). Esse espaço é apropriado por diferentes agentes sociais que apresentam interesses em determinados momentos divergentes, em outros convergentes, de acordo com Carlos (2001, p. 42).

São os diversos modos de apropriação do espaço que vão pressupor as diferenciações de uso do solo e a competição que será criada pelos usos, e no interior do mesmo uso. Como os interesses e as necessidades dos indivíduos são

contraditórios, a ocupação do espaço não se fará sem contradições e, portanto sem luta.

Segundo Corrêa (1989) o espaço urbano é produzido e articulado por cinco sujeitos sociais: 1) os proprietários dos meios de produção; os proprietários fundiários; os promotores imobiliários; o Estado; os grupos sociais excluídos.

Os proprietários dos meios de produção, formados pelas grandes indústrias e empresas comerciais, possuem uma forte aliança com o Estado, onde o mesmo desapropria, cria condições e infraestrutura para atender aos grandes empreendimentos, promovendo uma grande alteração na dinâmica do espaço urbano; os proprietários fundiários, constituídos por indivíduos que buscam maior renda fundiária, principalmente pela conversão de terra rural em terra urbana, tornando-se muitas vezes promotores imobiliários; os promotores imobiliários, composto por agentes envolvidos na edificação, incorporação e comercialização de imóveis; o Estado, sendo o organismo de maior intervenção na produção do espaço urbano, podendo assumir a forma dos outros agentes; os grupos sociais excluídos, organizado pelos sujeitos que possuem baixas ou nenhuma condição financeira para adquirir uma moradia digna na cidade, vivendo em cortiços, conjuntos habitacionais promovidos pelo Estado e favelas (CORRÊA, 1989 apud Souza, 2014, p.26)

Dessa forma, observa-se que os agentes sociais inserem na cidade uma série de transformações e modificações, sendo a apropriação do espaço ocorrida de forma muito desigual, observando a natureza de interesse de cada sujeito social.

Diante do objeto de estudo desse trabalho, o espaço urbano foi apreendido também como meio social, como afirma Castells (1983, p. 146):

O espaço é um produto material em relação com outros elementos materiais – entre outros, os homens, que entram também em relações sociais determinadas, que dão ao espaço (bem como aos outros elementos da combinação) uma forma, uma função, uma significação social.

Para Costa (2000, p. 41):

O espaço urbano como produto social, por efeito, apresenta as mesmas características já analisadas sobre a noção de espaço, ou seja, ele constitui um reflexo e um condicionante para a sociedade e se apresenta também fragmentado e articulado.

É importante observar que o espaço urbano não é estático, mas dinâmico, principalmente pelos fluxos e articulações engendradas pelos sujeitos sociais que o compõe, e de acordo com Castells (1983, p. 146-147): “O espaço urbano é estruturado, quer dizer, ele não está organizado ao acaso, e os processos sociais que se liga a ele exprimem, ao especificá-los, os determinismos de cada tido e de cada período da organização social”.

Segundo Corrêa (1989, p. 8): “[...] o espaço urbano é um reflexo tanto de ações que se realizam no presente como também daquelas que se realizam no passado e que deixaram suas marcas impressas nas formas espaciais do presente”.

Nessa pesquisa o espaço urbano estará sendo discutido também a partir do espaço vivido, uma vez que é uma perspectiva que aponta um olhar mais próximo para reprodução dos bairros como veremos a seguir através do recorte espacial do bairro Amapá.

1.1. Agentes produtores do espaço no bairro Amapá

A produção do espaço urbano, é gerado por agentes sociais concretos que se apropriam, transformam e consomem espaço, ainda que de forma bastante desigual entre si (CORRÊA, 1989). O espaço resultante da ação desses sujeitos reflete a articulação e/ou conflito entre estes, bem como, os diferentes interesses de cada sujeito social ao se apropriar de determinado espaço. Deste modo, para compreender a produção do espaço onde se situa o bairro do Amapá é necessário tecer uma análise dos agentes produtores deste espaço, assim como, a ação destes sujeitos no espaço urbano de Marabá, uma vez que, a história do bairro não pode ser desassociada da própria história da cidade.

Sendo assim, para compreender melhor a ação desses sujeitos sociais, convém primeiramente identificar e elucidar as principais características destes agentes sociais definidos por Corrêa: os proprietários dos meios de produção; os proprietários fundiários; os promotores imobiliários; o Estado e os grupos sociais excluídos. Vale destacar que, conforme esclarece Corrêa (1989), trata-se de uma tipologia mais analítica do que absoluta, pois em muitos casos, o capital industrial, financeiro e mobiliário encontram-se integrados. Em Marabá, por exemplo, os grandes comerciantes ligados a exportação da castanha se tornaram também proprietários fundiários. Além disto, “é importante notar que as estratégias que esses agentes adotam variam no tempo e no espaço” (CORRÊA, 1989, p. 13).

Será dado neste trabalho, maior destaque aos proprietários fundiários, o Estado e os grupos excluídos, principalmente a estes dois últimos, por serem os agentes sociais de maior destaque na produção do espaço do bairro do Amapá.

Os proprietários fundiários, que se caracterizam por buscar obter a maior renda fundiária de suas terras, tiveram grande importância na produção do espaço urbano de Marabá. A influência destes grandes proprietários de terras que formavam a denominada Oligarquia do Tocantins (EMMI, 1999) se estendeu para além das atividades econômicas iniciadas com o caucho e castanha. Vale destacar que “o poder dessa oligarquia estava

assentado inicialmente sob a égide do capital mercantil e que progressivamente se firmou a partir da apropriação da terra, facilitada pela posição exercida na hierarquia administrativa”. (RIBEIRO, 2010, p.32).

O comércio da castanha, sob o controle da Oligarquia do Tocantins, afetou diretamente a organização da cidade de Marabá. A própria formação da cidade, na área denominada de pontal se deve a facilidade de escoar a produção advinda dos castanhais.

Contudo, a maior influência destes sujeitos sociais no espaço urbano de Marabá pode ser percebida em sua capacidade de pressionar o Estado para atender as suas demandas, pois como esclarece Côrrea:

Os proprietários fundiários podem então exercer pressões junto ao Estado, especificamente na instância municipal, visando interferir no processo de definição das leis de uso do solo e do zoneamento urbano. Esta pressão não é feita uniformemente nem beneficia a todos os proprietários. Alguns, os mais poderosos, poderão até mesmo ter suas terras valorizadas através do investimento público em infra-estrutura, especialmente a viária: as cidades brasileiras fornecem vários exemplos desta prática. (CORRÊA, 1989, p. 16).

No caso de Marabá isto se tornou bastante evidente, pois diversos políticos do município eram também proprietários fundiários. Este fato influenciou na instalação de infraestruturas em determinados lugares em detrimento de outros como o próprio bairro Amapá, que muito embora tenha surgido em uma área antes ocupada por sítios e fazendas (MARABÁ, 2013), não foi priorizado na implantação de infraestrutura mesmo abrigando uma grande parcela da população de Marabá em suas primeiras décadas (ALMEIDA, 2008).

Segundo Corrêa (1989), para os proprietários com menor influência sobre o Estado e com terrenos mal localizados resta a estratégia de realizar loteamentos populares com uma infraestrutura mínima, como de fato aconteceu em muitos bairros do Complexo Cidade Nova no qual o bairro Amapá está localizado. Embora o Amapá não tenha sido resultado de loteamentos e sim de uma ocupação expôntanea, estes foram fundamentais para o crescimento do Nucleo Cidade Nova, que atualmente fornece bens e serviços a grande parcela da população incluindo os moradores do bairro Amapá.

Apesar dos loteamentos, terem sido importantes na formação do Complexo Cidade Nova, estes não levaram os proprietários fundiários a se tornarem promotores imobiliários “Tendo em vista o baixo poder aquisitivo da população que para aí se deloca” (CORRÊA, 1989, p. 19). Por esta mesma razão, o bairro do Amapá não atraiu a atenção de promotores imobiliários, por este ser formado, em sua maioria por uma população de baixa renda, pois,

Na sociedade capitalista não há interesse das diferentes frações do capital envolvidas na produção de imóveis em produzir habitações populares. Isto se deve, basicamente, aos baixos níveis dos salários das camadas populares, face ao custo da habitação produzida capitalisticamente. (CORRÊA, 1989, p. 21).

Assim como os promotores imobiliários, os proprietários do meio de produção, formados por proprietários de indústria e grandes empresas comerciais que são, por definição, grandes consumidores de espaço, não tiveram grande destaque no processo de formação do bairro do Amapá. Ainda que, durante a década de 1970, tenha se instalado no bairro armazéns e indústrias, como as de beneficiamento de arroz, contudo estas eram apenas de pequeno porte (ALMEIDA, 2008).

Se o Amapá não era atrativo para os promotores imobiliários e para os grandes comerciantes e industriais, o mesmo não pode ser dito para a população de baixa renda que viram nesta localidade um meio de escapar das enchentes que atingiam o pontal, sem deixar de estar próximo ao rio tão essencial ao comércio e a vida da população de Marabá.

No bairro Amapá, embora esteja localizado as margens do Rio Itacaiúnas, apenas uma pequena área está sujeita a inundações, esta característica fez com que o local fosse escolhido por parte da população de Marabá para se refugiar da enchente que atingiu a cidade em 1926, bem como em inundações posteriores como a de 1947. Esta ocupação inicial provocada pelas cheias se caracterizava por habitações bastante precárias como pode ser visualizado na figura a seguir.



Figura 01 - Aspectos da população “acampada” no Amapá.
Fonte: DIAS (1958, p. 389)

A falta de uma habitação adequada, como aos que os primeiros moradores do Amapá estavam submetidos é, para Corrêa (1989), um dos fatores mais marcantes de exclusão. Para o autor, restam como locais de moradia para os grupos excluídos apenas os

densamente ocupados cortiços localizados próximos ao centro da cidade – velhas residências que no passado foram habitadas pela elite e que se acham degradadas e subdivididas -, a casa produzida pelo sistema de autoconstrução em loteamentos

periféricos, os conjuntos habitacionais produzidos pelo Estado, via de regra também distantes do centro, e a favela. (CORRÊA, 1989, p. 29 e p. 30)

No caso do bairro Amapá, predominou o sistema de autoconstrução, embora muitas vezes isto tenha gerado certa precariedade nas residências, como a falta de banheiros com condições sanitárias inadequadas, como até hoje se perpetua em muitas residências do bairro, fato reconhecido pelo PLHIS 2 - Plano Local de Habitação de Interesse Social de Marabá 2 (MARABÁ, 2013), que será detalhado no decorrer do trabalho.

Contudo, embora estes fatores possam caracterizar grande parcela da população do bairro do Amapá como grupo social excluído, estes não seriam suficientes para considerá-los como produtores de espaço pois, segundo Corrêa (1989), na maioria dos casos este grupo está submetido a lógica de outros agentes modeladores do espaço como os proprietários fundiários da periferia. O que torna este grupo produtor/modelador de espaço é quando este se apropria por meio de ocupações irregulares de terrenos públicos ou privados de forma “independente e a despeito de outros agentes” (CORRÊA, 1989 p. 30), como ocorreu no Amapá, uma vez que a área do bairro pertencente ao patrimônio municipal (RUSSI, 2014).

Ainda que atualmente o contexto social e político sejam diferentes aos das primeiras ocupações que deram início ao bairro do Amapá, a falta de acesso a habitação frente a demanda sempre crescente da população perpetua a pressão da população sobre as áreas desocupadas do município, incluindo áreas do bairro Amapá como a mostrada na imagem a seguir:

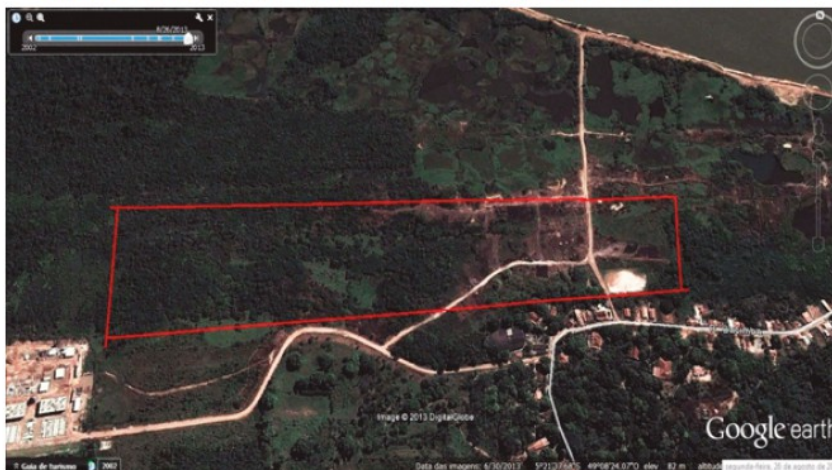


Figura 02 - Bairro Amapá – Área urbana indicada, disponível para loteamento. Fonte: Marabá (2013, p. 144).

Segundo Marabá (2013), esta área, que está sujeita a alagamentos, seria um possível local para a realização de um loteamento. O documento informa que a área foi alvo de ocupação desornada e que a população ali estabelecida, apenas se retirou mediante a promessa da prefeitura em submeter uma proposta de loteamento da área à aprovação do Ministério

Público Municipal. Estas ocupações é que transformam os grupos excluídos produtores de espaço, que se revelam, como aponta Corrêa (1989), como uma forma de resistência e estratégia de sobrevivência que “se traduzem na apropriação de terrenos usualmente inadequados para os outros agentes da produção do espaço, encostas íngremes e áreas alagadiças”. (CORRÊA, 1989, p. 30).

Apesar de ter sido iniciado por grupo caracterizado por sua exclusão, e da sua atual condição de bairro periférico em Marabá, o bairro Amapá, em um dado momento da sua história, chegou a ser cogitado para abrigar o núcleo urbano mais recente, a Nova Marabá, chegando a ser o bairro de maior crescimento na cidade como demonstra Almeida:

Em 1974, a área do antigo bairro Amapá era onde mais se construía na cidade de Marabá. Observa-se uma preocupação maior com a conservação da casa por parte dos moradores desse núcleo, como por exemplo, ‘*com a plantação de flores na frente e melhor trato do que existe no quintal*’. Isso era atribuído, talvez o fato do terreno pertencer ao morador e, principalmente, ficar a salvo das inundações. (2008, p. 79)

Possivelmente, o fato do Amapá não ter se tornado uma área central no espaço urbano de Marabá se deva a falta de investimento em infraestrutura e da ação, por vezes contraditória, de um dos agentes produtores de espaço como maior poder de intervenção, o Estado. A capacidade de agir como grande modelador do espaço, atribuída ao Estado se deve, entre outros fatores, a possibilidade deste de adotar estratégias de vários agentes produtores diferentes, pois ele pode,

(...) atuar diretamente como grande industrial, consumidor de espaço e de localizações específicas, proprietário fundiário e promotor imobiliário, sem deixar de ser também um agente de regularização do uso do solo e o alvo dos chamados movimentos sociais urbanos. (...) As terras públicas são uma reserva fundiária que o Estado dispõe para usos diversos no futuro, inclusive para negociações como outros agentes sociais. (CORRÊA, 1989, p. 24).

Esta variação na ação do Estado pode ser visualizada ao longo da história do bairro Amapá em que o Estado, por vezes, atua no sentido de negligenciar o bairro priorizando outras áreas da cidade na implantação de serviços públicos, ora instalando no bairro diversos órgãos públicos. Isto pode ser notado especialmente na década de 1970, período no qual o bairro passava por uma intensa ocupação, chegando a ter 5 mil habitantes (ALMEIDA, 2008). Nesta época o bairro sofria com as dificuldades de travessia do rio Itacaiúnas, violência e falta de serviços básicos, ao mesmo tempo, o poder municipal cedia lotes no bairro aos migrantes que chegavam em Marabá (ALMEIDA, 2008).

Pode ser observado também as contradições presentes entre a esfera municipal e federal. Enquanto a administração municipal tentava ordenar, ainda que de forma precária e seletiva, o desenvolvimento do núcleo Cidade Nova e do bairro Amapá, o governo Federal

planejava e impunha a instalação da Nova Marabá no sentido oposto ao crescimento espontâneo da cidade. Contudo, fica evidente também a contradição dentro das próprias ações do governo Federal que procurava a transferência da população de Marabá para o novo núcleo em instalação, ao mesmo tempo que implantava no Amapá órgãos como o INCRA, como será melhor explicitado no capítulo seguinte.

As ações do governo federal no Amapá e do próprio poder público municipal, desassociadas da melhora na infraestrutura e da oferta de serviços públicos à população do bairro, levou o Amapá a possuir atualmente duas feições distintas que evidenciam a situação de marginalização de parte de sua população, como fica evidente no trecho a seguir de PLHIS 2:

Com o surgimento do setor institucional no Amapá, o bairro passou a assumir uma nova configuração: na sua parte alta encontram-se as grandes Instituições, além de três escolas e uma faixa residencial, habitada por pessoas de classe média. A parte baixa abriga famílias de baixa renda, muitas delas vivendo da pesca ou serviços braçais. (MARABÁ, 2013, p. 163).

Desta forma, pode-se concluir, como afirma Corrêa, que “através da alocação espacialmente diferenciada dos equipamentos de consumo coletivo, o Estado também interfere na segregação residencial” (CORRÊA, 1989, p. 26). Outra forma de segregação residencial gerada pela intervenção do Estado, apontada por Corrêa (1989), é o caso, já citado anteriormente, da implantação da Nova Marabá, no qual através do planejamento, quando da criação, a partir do zero, de núcleos urbanos.

A instalação da Nova Marabá na área do bairro Amapá e suas adjacências poderia ter promovido um crescimento da malha urbana mais ordenada e associado aos ensejos e necessidades da população ali instalada. Os recursos vultuosos destinados a criação da Nova Marabá poderia ter sido utilizada na ampliação da infraestrutura e bem estar da população, contudo, contribui para aumentar a segregação não apenas no Bairro Amapá, mas em toda a malha urbana de Marabá.

CAPITULO 2: UM OLHAR SOBRE O BAIRRO: processo de formação do Amapá

A apropriação do espaço urbano tem sido o principal fator no decorrer do desenvolvimento das cidades. De acordo com Gouveia (2010), o bairro faz parte da organização estrutural da maioria das cidades e apresenta aspectos, dinâmicas e relações que podem ser discutidas por diferentes ciências.

Na Geografia o estudo sobre o bairro ainda tem sido de pouca expressividade quando se trata de uma forma mais conceitual, como apresenta Souza (1989, p. 141-142):

Na Geografia, a discussão teórica sobre o bairro tem sido tradicionalmente superficial, não faltaram, é certo, alusões aos bairros nas grandes obras de sistematização teórica em Geografia Urbana, bem como nos estudos de caso de um (ou mais) bairro (s) era (m) objeto de atenção. Todavia, a constituição e os interesses da geografia clássica enquanto “ciência da ponte homem/meio” impediram a construção de um ambiente intelectual favorável ao estudo do bairro num nível de aprofundamento satisfatório quanto à natureza e ao papel social dessa realidade. A Geografia clássica ficava satisfeita em poder estabelecer, partindo do senso comum, do “bairro” como uma noção popular dada “a priori” ao pesquisador, a natureza da individualidade, da “alma singular” de um determinado bairro, enfatizando a relação do meio físico (sítio) com a ocupação humana.

Nessa perspectiva, verifica-se que Souza (1989) se refere ao bairro como parte da organização do espaço urbano, como algo imanente à cidade, onde se desenvolvem as expressões culturais mais concretas da realidade do urbano (GOUVEIA, 2010).

As relações cotidianas são fortemente estabelecidas no espaço vivido e o bairro é a expressão dessas relações, como relata Sousa (1987, p. 57-65):

[...] além de determinado território, o bairro se caracteriza por um segundo elemento, o “sentimento de localidade” existente nos seus moradores, e cuja formação depende não apenas da posição geográfica, mas também do intercâmbio entre as famílias e as pessoas, vestindo por assim dizer o esqueleto topográfico. [...] o que é o bairro? – perguntei certa vez a um velho caipira, cuja resposta pronta exprime numa frase o que se vem expondo aqui: - Bairro é uma naçãozinha. – Entenda-se: a porção de terra a que os moradores têm a consciência de pertencer, formando uma certa unidade diferente das outras.

Dentro dessa perspectiva, Rossi (1995, p. 63-67) afirma que:

[...] a cidade, na sua vastidão e na sua beleza, é uma criação nascida de numerosos e diversos momentos de formação; a unidade desses momentos é a unidade urbana em seu conjunto, a possibilidade de ler a cidade com continuidade reside em seu preeminente caráter formal e espacial [...] A unidade dessas partes é dada fundamentalmente pela história, pela memória que a cidade tem de si mesma. Essas áreas, essas partes, são definidas essencialmente pela sua localização: são a projeção no terreno dos fatos urbanos, a sua comensurabilidade topográfica e a sua presença, cultural e geográfica suficientemente circunscrita. [...] O bairro torna-se, pois, um momento um setor da forma da cidade, intimamente ligado à sua evolução e à sua natureza, constituído por partes e à sua imagem. Para a morfologia social, o bairro é uma unidade morfológica e estrutural; é caracterizado por uma certa paisagem urbana, por certo conteúdo social e por uma função; portanto, uma mudança num desses elementos é suficiente para alterar o limite do bairro.

As concepções referentes ao bairro apresentam uma significação que parte das relações existentes e estabelecidas pelos diferentes sujeitos sociais organizadores do espaço urbano. A apropriação, o pertencimento, a cotidianidade, o espaço habitado e vivido,

demanda experiências que são importantes para se apreender as diferentes relações sociais desenvolvidas dentro do próprio espaço urbano. Souza (1989, p. 140): afirma que o bairro é:

[...] um referencial direto e decisivo, pois define territorialmente a base social de um ativismo, de uma organização, aglutinando grupos e por vezes classes diferentes (em níveis variáveis de acomodação ou tensão); catalisa a referência simbólica e, politicamente, o enfrentamento de uma problemática com imediata expressão espacial: insuficiência dos equipamentos de consumo coletivo, problemas habitacionais, segregação sócioespacial, intervenções urbanísticas autoritárias, centralização da gestão territorial, massificação do bairro e deterioração da qualidade de vida urbana.

É importante observar que o bairro apresenta uma multiplicidade de olhares. São as representações simbólicas da realidade de seus habitantes, são as vivências que delimitam e concretizam as histórias, são as experiências que influenciam nas paisagens. Nessas percepções o bairro é a localização de uma série de tempos e encontros demandados dos sujeitos sociais que configuram tal espaço, através das relações de vizinhança, das relações de trocas, das práticas culturais do bairro, da própria cotidianidade.

Nessa perspectiva, o presente trabalho tem como objetivo geral, compreender os diferentes agentes e bem como os processos de formação sócio territorial do bairro Amapá. E como objetivos específicos a) Identificar os agentes responsáveis pela formação sócio territorial do bairro Amapá; b) Compreender os processos envolvidos na formação do bairro Amapá; c) Analisar as dinâmicas entre a cidade Marabá e a formação do bairro do Amapá.

A formação territorial do município de Marabá (PA) esteve de certo modo atrelada às dinâmicas naturais como as cheias dos rios Tocantins e Itacaiúnas e a sua condição topográfica baixa e plana em relação ao leito fluvial e que explica as constantes cheias (ALMEIDA, 2008). Todavia outro fator contribui para essa dinâmica em relação à formação territorial e a configuração urbana do município são as ocupações irregulares. Principalmente pela demanda de áreas acima do leito fluvial e que explica em parte a configuração urbana do município além de outros fatores internos e externos relacionados as ações de intervenção do Estado.

A formação do bairro Amapá não foge a essa dinâmica de acordo com matéria publicada no (JORNAL TOCANTINS, 1997, não paginado) ocorre uma grande cheia em 1926 e que obriga a população a procurar áreas altas e nesse processo começa o surgimento do Bairro Amapá. De acordo com Dias (1958, p. 51-52):

Marabá ficou destruída – toda coberta por camada de areia fina ou de lama, a população amedrontada procurava refúgio para regiões mais altas do Amapá (na margem esquerda do Itacaiúnas), povoação do

Lago Vermelho, vila de São João do Araguaia; alguns construíram balsas, amarraram-nas nas próprias cumieiras e nelas esperaram as águas abandonarem a cidade.

Almeida (2008, p. 60) também reforça que:

O surgimento do Bairro deveu-se, contudo, ao fato de que, a partir da grande enchente de 1926, tornou-se o local de abrigo dos moradores do pontal, que tiveram suas casas afetadas ou destruídas pela mesma. Por estar situado em um local mais elevado era mais procurado pelas vítimas das inundações.

O Amapá e o núcleo cidade Nova são áreas que estão em cotas altimétricas superiores 130 metros de acordo com Geo Marabá (2006). Podemos observar na figura a seguir as dimensões da enchente que cobriu quase em sua totalidade as construções onde se localiza o bairro Velha Marabá ou Marabá Pioneira.



Figura 03 - Enchente de 1926

Fonte: Acervo da Casa da Cultura de Marabá, no detalhe é possível visualizar o tipo de construção da época estilo barracão. A grande cheia e os transtornos em decorrência da mesma no cotidiano dos moradores.

Outro fator a ser considerado neste período 1929 a 1947 houve uma mudança de comportamento de fluxo populacional, onde anteriormente tinha-se uma população instável que acompanhava a produção látex e coleta da castanha do Pará e que aos poucos vão se estabelecendo com residências fixas na cidade o que acaba provocando mudanças na distribuição da área urbana da cidade (DIAS, 1958). A partir da década de 1960, ocorreram importantes mudanças na formação espacial da região, estas foram desencadeadas pela

implantação dos Grandes Projetos de Colonização da Amazônia, uma das estratégias do Governo Militar para incentivar o povoamento dessa região. Todos esses projetos também são pontos cruciais para a expansão da cidade de Marabá, para a formação de novos Núcleos Urbanos. De acordo com Ribeiro (2010, p. 126):

É somente depois da década de 1960, e principalmente 1970, que a cidade começa a se expandir além do Núcleo da Marabá Pioneira. Dando origem, de um lado a um Núcleo urbano planejado, a Nova Marabá, cujo traçado em folhas de castanheira, sob intervenção direta do governo militar, por meio da SUDAM, teve grande dificuldade de ser efetivamente realizado; de outro lado, um Núcleo mais “espontâneo”, chamado de Cidade Nova, cuja origem está relacionada a implantação dos projetos de colonização agrícola, desenvolvidos pelo INCRA, na região, que transformaram a cidade de Marabá em uma das bases logísticas desse processo, mas também, a presença de um antigo bairro, o Amapá, que surgiu como suporte da Velha Marabá nos períodos, das grandes enchentes.

É importante frisar que os projetos de colonização, idealizados pelo governo federal, possibilitaram maior dinamização no espaço urbano de Marabá, especialmente com a concretização do Núcleo Nova Marabá, sendo este um Núcleo planejado e pensado para residir os moradores da Marabá Pioneira que periodicamente estavam sendo atingidos pelas cheias; e o Núcleo Cidade Nova, uma frente e expansão da cidade, por serem áreas mais altas e fazerem parte dos projetos de colonização do INCRA. Os projetos de colonização foram muito importantes para a cidade e Marabá, mas junto com estes, está o Bairro Amapá, Bairro que serviu de suporte para a materialização do espaço urbano de Marabá (RIBEIRO, 2010).

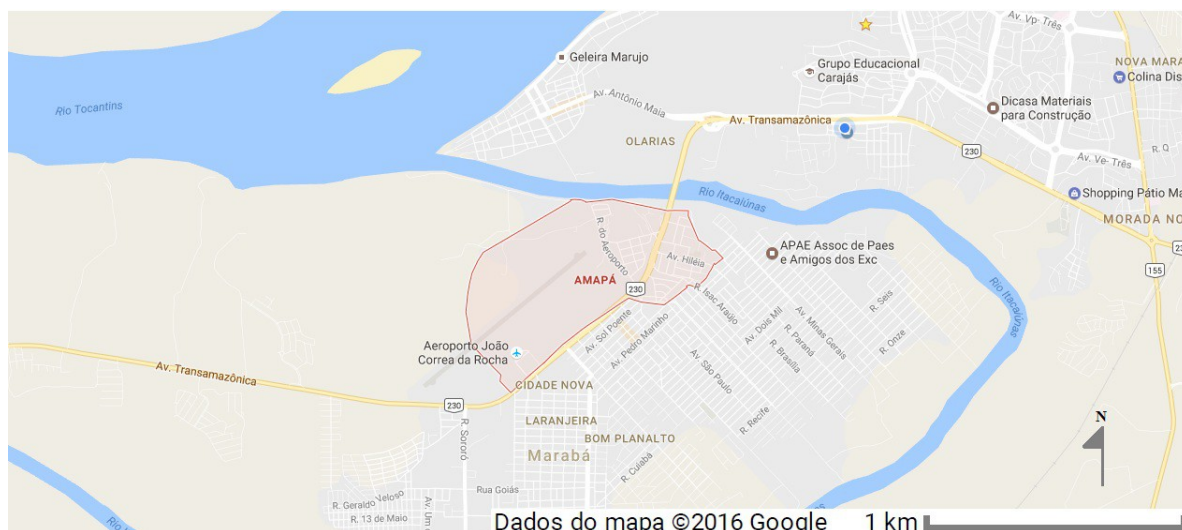


Figura 04 – Localização Bairro Amapá
Fonte: Geodados/google-maps. Limites do Bairro Amapá.

Os projetos de colonização demandaram novas dinâmicas no espaço Marabaense anteriormente a ligação do bairro Amapá com o núcleo pioneiro (Marabá Pioneira) era estabelecida por meio de balsas. Esse meio de deslocamento integrava bairro a cidade o que

gerava um grande fluxo de pessoas, bens e mercadorias. O fluxo no bairro era intenso principalmente dos migrantes que procuravam um local para estabelecer moradia longe dos locais de alagamento, é o que Almeida (2008, p. 60):

A abertura da Transamazônica, em 1970, alterou a evolução do Bairro Amapá, uma vez que a rodovia dividiu-o ao meio. A chegada de migrantes, atraídos pelas obras da rodovia e pelo projeto de colonização oficial, fez surgir as margens da estrada o bairro Jarbas Passarinho, depois Vila Transamazônica, embrião da futura Cidade Nova. O movimento maior no bairro Amapá veio também com a intensificação da travessia de balsa no rio Itacaiúnas, ligando-a a Marabá Pioneira. Por ser uma área formada por migrantes vindos principalmente do Maranhão e outros estados nordestinos, o padrão de construção era diferente daquele encontrado na antiga Marabá, predominando as construções em alvenaria e o uso de telhas.

Conforme imagem abaixo pode-se observar as balsas que eram responsáveis pelo deslocamento de pessoas e veículos pesados.



Figura 05 - Balsa para travessia de veículos

Fonte: (SUDAM,1973 Apud CABRAL, 2013) no detalhe ocorria a embarque na margem direita do rio Itacaiúnas e o desembarque na margem esquerda no porto das canoinhas bairro Amapá.

O Bairro Amapá teve a sua contribuição de forma bastante significativa, contando com locais apropriados para a residência e estabelecimentos de órgãos públicos, bem como um campo de pouso, com a constituição, mais tarde, do aeroporto de Marabá, como destaca Almeida (2008, p. 60): “fora do pontal, do outro lado do rio Itacaiúnas, encontramos o Bairro Amapá, conhecido por abrigar desde a década de 1930 um campo de pouso, que depois se tornou o aeroporto mais importante e movimentado do Sudeste do Pará”.

As atuações do Governo Federal foram cada vez mais expressivas no Bairro Amapá, como se observa nas palavras de Almeida (2008, p. 140):

O próprio Governo Federal ampliou a sua presença em torno do Antigo Bairro Amapá, com a reforma do aeroporto, instalando o escritório do INCRA e criando uma agrópolis para abrigar os seus funcionários. Vale lembrar que a partir de 1972, o Governo Federal implantava um projeto de colonização dirigida as margens das rodovias federais na Amazônia e o Município de Marabá esteve incluído nesse projeto, embora estivesse bem distante da sede municipal, na própria Transamazônica.

De acordo com as palavras de Almeida (2008), a partir das iniciativas do Governo Federal, novas áreas surgem no espaço urbano de Marabá, sendo o Bairro Amapá o embrião para a formação do Núcleo Cidade Nova, especialmente por todos os incentivos do governo demandados para essa área de ocupação urbana.

Por sua boa localização, uma das projeções para a construção do Núcleo Nova Marabá foi o Bairro Amapá, entretanto os moradores do núcleo pioneiro não apoiaram as iniciativas desse projeto, especialmente por não concordarem em sair do núcleo onde residiam, apesar das enchentes que periodicamente afetavam o local.

À medida que a cidade de Marabá ganhava sua expansão, o bairro Amapá era o espaço que mais se construía na cidade, em 1974, a área do Bairro Amapá contava com 1.610 casas e 4.456 pessoas, um ano depois, a SUDAM estimou que o bairro já tivesse em torno de 6.000 habitantes (ALMEIDA, 2008, p. 76), diante disso percebe-se que era o núcleo mais se expandia na área urbana de Marabá. Para compreender essa expansão foi elaborado o quadro a seguir que mostra de forma sintética através de períodos os marcos históricos, os agentes que atuam na formação do espaço urbano e intra-urbano bem como os processos resultantes dessas apropriações que provocam produção desigual do espaço como veremos mais adiante impressas na paisagem urbana / intra-urbana do Amapá.

Quadro 01: Processos históricos (Marcos) do Bairro Amapá

Período	Marcos (Agentes)	Processos / dinâmicas
1925 ~ 1926	Grande enchente deixa Marabá pioneira submersa	Início de ocupação do Bairro Amapá
1930 ~ 1935	Ponto de pouso e inauguração do aeroporto de Marabá	Desapropriação de parte do bairro para construção do Aeroporto, valorização do Bairro e aumento da demanda por lotes.
1950 ~ 1960	Enchente, Marabá pioneira possui importantes estruturas administrativas e	Governo militar formula primeiro plano de desativação e

	comerciais; construção da rodovia Belém-Brasília.	de retirada da população de Marabá Pioneira
1970	Município foi declarado Área de Segurança Nacional (Decreto-Lei nº 1.131, de 30/10/1970); Programa de Integração Nacional (PIN)	Inicia da colonização ao longo da Rodovia Transamazônica; Demanda crescente por moradias.
1972~1976	SUDAM apresenta o projeto “Nova Marabá, INCRA	Área de expansão urbana; migração intensa.
1980	Maior enchente do município com 17,42 metros, Garimpo de Serra pelada	Intenso processo Migração, demanda por moradias. Perda de importância estratégica da velha Marabá.
1981	Construção da Ponte sobre o rio Itacaiúnas	Diminuição do movimento do porto das canoinhas
1984 ~ 1990	Estrada de Ferro Carajás entra em operação; chacina da ponte rodoferroviária. Em 1988 os moradores do bairro liberdade obtém a posse de seus lotes. Criação do distrito industrial implantação COSIPAR	Reordenamento dos bairros e deslocamento da população para novas áreas, precarização do Bairro Amapá
1993 ~ 2000	Projeto cobre-salobo, enchente 1997, Marabá torna-se polo industrial, intenso conflito latifundiário.	
2001 ~ 2010	Enchente em 2004 com 13,71 metros acima do nível normal; Projeto PLHI, de acordo com dados censo IBGE em 2010 Marabá contava com 238.708 mil habitantes.	Demanda por moradia, novas ocupações irregulares, expansão do perímetro urbano.

Fonte: SILVA (2006), ALMEIDA (2008)
Org. MELO, S. P.

Como podemos observar o quadro acima o principal agente que contribui para formação do Amapá é a ação das cheias dos rios Itacaiúnas e Tocantins do município de Marabá. Outro agente que podemos destacar é o Estado que atuou e atua na configuração urbana através de órgãos como SUDAM e INCRA a nível regional e federal através de loteamento e desapropriações terras e posteriormente a Prefeitura Municipal de Marabá através da Secretaria de Viação e Obras Pública – SEVOP e a Superintendência de Desenvolvimento Urbano – SDU que em 2010 propôs intervenção no bairro através do projeto Plano Local de Habitação e Interesse Social – PLHI e os próprios moradores que em busca de lotes para fixar residência ou simplesmente para especulação bem como as imobiliárias que começaram a atuar fortemente em Marabá após 2010 atuam na cidade e no bairro através de aluguel e venda de lotes e escritório principalmente as margens da Transamazônica.

De acordo com relatos colhidos de moradores a partir da inauguração da ponte sobre o rio Itacaiúnas houve a queda quase que imediata do fluxo de pessoas, bens e mercadorias. Até

então a ponte fora recebida com grande entusiasmo pelos moradores com a promessa que traria desenvolvimento não só para Marabá-PA, como para o bairro em si.



Figura 06 - Inauguração ponte sobre o rio Itacaiúnas (1981)

FONTE: Acervo da CASA DA CULTURA DE MARABÁ. 13 de Novembro de 1981

Antes da construção da ponte quem supria a demanda de transporte fluvial eram as balsas e os canoeiros no deslocamento entre os bairros e/ou as cidades (vilas) próximas tanto de pessoas como de mercadorias.

De acordo com Villaça (2001) existe uma distinção entre o espaço regional e o espaço intraurbano, o primeiro é dominado pelo deslocamento de informações, de energia e de mercadorias, via circulação de grandes eixos, na região temos essa configuração através da construção da BR-010 ou mais conhecida como Rodovia Belém-Brasília em 1950 e em 1972 do trecho da BR-230 (Transamazônica) com o intuito de integrar a região amazônica ao restante do Brasil pelo eixo Norte-Sul e o eixo Norte-Nordeste respectivamente ocorre uma crescente demanda de estruturas com atendam aos grandes projetos pensados para a região como o PGC (Programa Grande Carajás) e dentre projeto foram criados subprojetos como UHE Tucuruí para atender a demanda por energia e essas estruturas econômicas acabam por modificar o padrão de ocupação territorial (TEDESCO, 2015). E do outro temos o espaço intraurbano tendo como foco o deslocamento humano: força de trabalho, mercadoria ou como consumidor. Essa contextualização se faz necessária para compreensão das ações e agentes

que atuam no espaço regional e que conseqüentemente acaba por influenciar direta ou indiretamente no espaço urbano-intraurbano.



Figura 07 – Vista aérea ponte sobre o rio Itacaiúnas. À esquerda tendo na imagem estão o bairro Amapá e o aeroporto
Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE MARABÁ/PA (2012)

O bairro antes da ponte configurava-se como um importante nó que possibilitava a acessibilidade de pessoas entre os bairros e as cidades do entorno através de balsas ou canoas, porém, com o aumento das atividades econômicas na região torna difícil o uso desse tipo de transporte e que acaba por justificar a construção da ponte sobre o rio Itacaiúnas com o slogan de desenvolvimento para a cidade e para o bairro do Amapá. Todavia, o mesmo foi afetado com a diminuição do fluxo de pessoas e conseqüentemente a diminuição no ritmo econômico em seguimentos como: comércio, restaurantes, hotéis, bares que tinham como principais clientes as pessoas que se deslocavam diariamente pelo porto das canoinhas. E como consequência há uma mudança na dinâmica socioespacial com a diminuição na circulação de bens pessoas e serviços o bairro perde importância no deslocamento (acessibilidade) intraurbano podemos dizer que o bairro a partir deste marco “ponte” torna-se segregado do restante da cidade (MARQUES, 2005), ou apenas parcialmente incluído nesta.

Outro fator que contribui para a segregação do bairro e a falta de estrutura e planejamento por parte do poder público houve uma tentativa de estruturação do bairro em 1972 onde a área foi dividida em lotes, infelizmente sem planejamento adequado como rede água-esgoto, pavimentação, iluminação (ALMEIDA, 2008). Nesse caso acaba por provocar uma vulnerabilidade social com assentamentos precários e deficiência de infraestrutura

pública Torres (2006). Dentro do próprio bairro é possível perceber que existe uma diferenciação espacial como veremos a seguir.

Essa diferenciação pode ser observada através de concentração de prédios públicos, a margem da Rodovia BR-230 como a acrópole do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma agrária), o DNER (Departamento Nacional de Estradas e Rodagem), o INSS (Instituto Nacional de Segurança Social), o HEMOPA, a SEMED (Secretaria Municipal de Educação), a UEPA (Universidade do Estado do Pará), a UAB (Universidade Aberta do Brasil), o Fórum, a Justiça Trabalhista, escolas de Ensino Fundamental e Médio, além da concentração de escritórios de Advocacia. Também está localizado no bairro o hotel Del Príncipe, referência na cidade, devido à proximidade com o aeroporto de Marabá/PA.

Apesar de concentrar todos esses órgãos públicos, o bairro apresenta forte segregação espacial, o que para Côrrea (2001, p. 132) “parece constituir-se em uma projeção espacial do processo de estruturação de classes, sua reprodução e a produção de residências na sociedade capitalista”. É notável o processo de segregação espacial, primeiro pelos diferentes agentes que ocupam esse espaço, segundo, pela forma como os mesmos materializam esse espaço. Assim, organizando o espaço local em diferentes paisagens.

O bairro Amapá, agrega uma grande diversidade espacial, ou seja, concentra uma série de disparidades sociais. Grandes partes dos habitantes não possuem renda fixa, caracterizando-os como autônomos, no entanto, uma pequena parcela dos habitantes possuem alto poder aquisitivo. Esse cenário, é visível pela disposição espacial do bairro, onde os locais mais próximos do rio Itacaiúnas apresentam sérios problemas estruturais como a falta de saneamento básico, de rede de drenagem, de ruas asfaltadas, de escolas, de centro de saúde, de áreas de lazer, e ainda apresentam precárias condições de moradia. No entanto, locais mais próximos à rodovia Transamazônica (BR 230), apresentam melhores condições habitacionais, tanto pela disposição dos serviços básicos como pela estrutura das moradias.

Apesar de o bairro Amapá ser um dos bairros pioneiros na formação da cidade, o abandono do poder público é visível. Não existem áreas de lazer, praças, quadras poliesportivas ou qualquer centro de recreação. As ruas não possuem redes de esgoto nem mesmo asfalto, com exceção de alguns trechos das principais: Rua Marechal Rondon e Avenida Espírito Santo, onde estão localizados os escritórios de Advocacia, O hotel Del Príncipe, e alguns prédios públicos.

A partir das novas dinâmicas inseridas na espacialidade do bairro, percebemos que as atividades de subsistência e comercial adquiriram novos arranjos, algumas foram implantadas diante das novas demandas e outras se reinventaram, mas não foram extintas, foi o que

aconteceu com a atividade pesqueira, que em meados do século XX era bastante forte, mas hoje, está em decadência.

Nas últimas décadas a atividade de extração da areia e do seixo, se fez importante para a economia local, uma vez que, diante do crescimento populacional, a demanda no setor de construções tem crescido bastante. Os areais conforme as figuras 08 e 09 estão localizados as margens do rio Itacaiúnas, de onde se retiram areia e o seixo. Apesar do fortalecimento da economia local, a degradação ambiental tornou-se preocupante diante das demandas por estes produtos, primeiro por modificar a dinâmica do rio, segundo, por alterar o processo de reprodução dos peixes e, conseqüentemente, prejudicar os moradores que sobrevivem da pesca.



Figura 08 – Depósito de cascalho e areia as margens
Fonte: Google Street View, Maio de 2012



Figura 09 – Placa indicativa de venda de Areia
Fonte: Google Street View, Maio de 2012



Figura 10 – Atual porto da Balsa. Local onde ocorria o desembarque na margem esquerda do rio Itacaiúnas, completamente abandonado.

Fonte: Google Street View, Maio de 2012.



Figura 11 – Canoas as Margens do Rio Itacaiúnas. Moradores que sobrevivem da pesca destaque para as canoas.

Fonte: Google Street View, Maio de 2012.

Nas figuras a seguir podemos observar a disposição das ocupações, edificações e estruturas, analisando as figuras é possível perceber impresso na paisagem a diferenciação espacial onde áreas próximas ao rio sofrem com ausência de equipamentos e serviços urbanos e o padrão de edificações é principalmente de residências de baixo poder aquisitivo.



Figura 12 – Rua do Aeroporto
Fonte: Google Street View, Maio de 2012.



Figura 13 – Rua porto da Balsa
Fonte: Google Street View, Maio de 2012.



Figura 14 – Rede de esgoto rua das canoinhas bairro Amapá

Fonte: MELO, S. P. Novembro de 2011

Conforme será apontado pelo PLHIS elaborado pelo SDU e Prefeitura de Marabá que será observado adiante a imagem acima revela a falta de acesso a rede de esgoto que a população do bairro de renda baixa está inserida diferente da população que reside as margens da rodovia Transamazônica no setor institucional do bairro como podemos observar a produção do espaço urbano, é gerado por agentes sociais concretos que se apropriam, transformam e consomem espaço, ainda que de forma bastante desigual entre si conforme nos pontua (CORRÊA, 1989). Essas interações ocorrem em contexto socioespacial e temporal o resultado destas interações acabam por ficar impressos na paisagem urbana seja pela infraestrutura ou a falta dela no arranjo e formato das construções.



Figura 15 – Terreno ‘baldio’ Av. Espírito Santo Amapá
 Nesta imagem podemos perceber a atuação das imobiliárias atuando nas partes mais nobres do bairro Amapá
 Fonte: Google street view, Novembro de 2012.

Na Figura acima temos exemplo de lotes vazios e nestas ruas e avenidas próximas a rodovia Transamazônica existe toda uma infraestrutura de pública como asfalto, rede de drenagem e esgoto, calçada-meio fio arborização, iluminação pública nessa área encontra-se as casas de alto padrão e salas comerciais principalmente de escritório de advocacia que atende a demanda de processos judiciais relacionados ao INSS que fica próximo como veremos nas imagens a seguir.



Figura 16 – Escritórios de Advocacia.
 No detalhe estes escritórios são voltados a atender principalmente ao a demanda judiciais junto ao INSS concentram-se na Av. Espírito Santo e as margens da rodovia Transamazônica.
 Fonte: Google street view, Novembro de 2012.

Ao longo da rodovia transamazônica concentram-se diversos órgãos das esferas Federal, Estadual e municipal destacamos alguns destes por concentrar demandas e por localizar-se no bairro Amapá que de certa forma encontra-se inserido a dinâmica da cidade mesmo que de forma parcial.



Figura 17 – CMM



Figura 18 - SMS

Fonte: Google street view, Novembro de 2012

De acordo com pesquisa de campo realizada em 2011 para artigo ENG2012 com título “Uma Análise Sócio Espacial da Cidade de Marabá/PA a partir do Bairro Amapá” os principais serviços buscados pela população no bairro consulta médica – clinica geral o que se-justifica pela Secretaria Municipal de Saúde (SMS) e centro de saúde Pedro Cavalcante.



Figura 19 – INARA.

Fonte: Google street view, Novembro de 2012.



Figura 20 – INSS.

A presença dos escritórios de advocacia especializados em direitos previdenciários se deve a presença do posto do INSS no bairro do Amapá.

Fonte: Google street view, Novembro de 2012.

2.1. Apresentação do PLHIS - Plano Local de Habitação e Interesse Social (proposta de intervenção no bairro Amapá)

Em 2013 a Prefeitura Municipal de Marabá desenvolve a PLHIS em atendimento a lei n. 11.124, de 16 de junho de 2005, lançado pelo Programa de Habitação de Interesse Social do Ministério das Cidades. O objetivo de plano é estabelecer um retrato do município de Marabá, no que diz respeito às características habitacional identificar e qualificar informações sobre lotes, vazios urbanos (público e privado), imóveis e demanda atual por novas unidades e por qualificação com o foco na habitação de interesse social. O plano foi dividido em etapas através de ações desenvolvidas por uma comissão de Elaboração do Plano, composta por agentes da Assessoria Especial do Prefeito, da Superintendência de Desenvolvimento Urbano (SDU), das Secretarias Municipais e ainda por representantes das comunidades selecionadas.

O mesmo procura mostrar todo o panorama da realidade habitacional existente no município de Marabá, com ênfase dada a quatro áreas, as quais foram objeto de intervenção para a elaboração deste PLHIS, a saber: Bairro Jardim Bela Vista (área da zona urbana de Marabá); Bairro Amapá (área da zona urbana de Marabá); Distrito de Brejo do Meio (área da zona rural de Marabá) e Vila Nativa (área da zona urbana de Marabá/Morada Nova). Nosso foco será Bairro Amapá (área da zona urbana de Marabá). A metodologia utilizada para a

elaboração do relatório/diagnóstico parte da legislação do Sistema Nacional de Habitação – SNHIS, instituído pela Lei Federal 11.124/2005, cujo objetivo é promover o planejamento das ações do setor habitacional, de forma a garantir o acesso à moradia digna, a expressão dos agentes sociais sobre a habitação de interesse social e a integração dos três níveis de governo e do plano diretor do município aprovado em 2006 que rege o ordenamento territorial. Em cumprimento ao que determina o art. 70 do plano diretor do município teve o início o processo de elaboração do seu Plano Local de Habitação de Interesse Social.

A plano foi dividido em três etapas a primeira relacionada proposta metodológica e levantamento de dados; a segunda relatório com diagnóstico e a terceira e última etapa proposta de intervenção, analisando o documento é possível perceber a importância do tema tratado em relação ao plano de habitação voltado a população de baixa renda uma vez que, mesmo de forma superficial faz um levantamento das demandas habitacionais no município e propõe medidas de intervenção, todavia fazemos uma ressalva sobre a elaboração do mesmo apenas como um instrumento obrigatório a ser superado.

Como salientamos anteriormente temos diferentes agentes sociais que apresentam interesses em determinados momentos divergentes, em outros convergentes que imprimem no documento seus interesses. Este projeto e sobretudo um instrumento político alguns dados foram extraídos do referido relatório entre eles a demanda habitacional que encontra-se na população de baixa renda com rendimentos de até 03 salários mínimos dados levantados junto ao IBGE. O relatório aponta algumas áreas passíveis de loteamento para suprir a demanda habitacional indica inclusive área no bairro Amapá conforme imagem 00 apresentada no tópico 1.2 agentes produtores do bairro Amapá e

O próprio relatório reconhece os riscos de alagamento nos locais selecionados para loteamento no bairro Amapá o que demonstra a falta de dados técnicos e ainda a pressa com que o relatório foi efetuado e aprovado. Uma das etapas do projeto prevê a publicidade e a consulta das comunidades afetadas, todavia, o projeto fora apreciado por uma pequena parcela da população do bairro. Os dados relativos ao diagnóstico pautou-se principalmente na consulta de informações em órgãos oficiais como IBGE, IPEA, C.E.F, INEP e cadastros próprios da prefeitura como CRAS, SEPLAN, Cadastro Municipal do Programa Minha Casa, Minha Vida. As áreas selecionadas pelo PLHIS seguiu o critério de análise de dados em relação ao déficit habitacional bem como a vulnerabilidade social que as populações destas áreas estão sujeitas a base de dados consultada para este fim se deu através de questionários socioeconômicos aplicados em 2011 pelo SDU e levantamento junto a secretarias relacionadas à questão social.

2.2. Apontamentos do PLHIS referente bairro Amapá

O relatório descreve o início do bairro em decorrência das cheias dos rios que cortam a região e as transformações ocorridas no bairro a partir da desapropriação de parte das terras do bairro para a construção e ampliação da pista do aeroporto de Marabá. O bairro desenvolve-se principalmente na área do setor institucional as margens da rodovia transamazônica como citado anteriormente DNIT, INCRA, fórum, os prédios do Ministério Público Estadual e da Justiça Federal, a agência do INSS, HEMOPA (Hemocentro do Pará), a Câmara de Vereadores, o campus da UEPA e vários outros órgãos e entidades.

O documento cita que a ponte contribuiu para o desenvolvimento da comunidade e que o transporte das canoinhas ainda se mantém, todavia, conforme descrito no Capítulo 2 um olhar sobre o bairro Amapá vimos que os moradores relatam que houve uma perda de importância do bairro em relação ao deslocamento de pessoas que priorizam o acesso pela ponte e que o comércio local teve que se adaptar a novas realidades e a atividade de transporte pelo porta das canoinhas e praticamente nulo sem expressividade para o bairro.

Outra realidade que o relatório aponta é a concentração de grandes instituições, além de três escolas e um faixa residencial, habitada por pessoas de classe média. A parte baixa abriga famílias de baixa renda, muitas delas vivendo da pesca ou serviços braçais foi diagnosticado um déficit habitacional aproximado de 224 novas moradias (considerando lotes vazios e casas de madeira), sendo que 35,25% das casas existentes foram feitas por meio de autoconstrução; essas, em sua grande maioria, necessitam de melhorias.

Em relação à infraestrutura é apontado que a população de baixa renda não possui rede de esgoto e água encanada utilizando-se de água de poços e em relação ao banheiro foi identificado que é utilizado a chamada fossa seca o que pode gerar contaminação das águas subterrâneas, além disto, cerca de 38,29% das residências no bairro são de madeira. O nível de escolaridade entre a população é baixo e o bairro conta na parte baixa apenas de uma escola de educação infantil.

Em relação aos demais dados como Saúde o bairro conta com o posto de saúde Pedro Cavalcante que é considerado como referência, assistência social e promovida pela secretária de Assistência Social e por entidades como FUNCAD (Fundação de Assistência à Criança e ao Adolescente), que promove auxílio as crianças e adolescentes do bairro por meio de atividades esportivas, musicais, teatrais, entre outras. Também está presente nesse Bairro o Emaús, entidade que funciona como um centro de recuperação para dependentes químicos. Em relação à mobilidade e acessibilidade não existe rota ou linha de ônibus coletivos

passando pelo bairro. Com isso, os moradores precisam caminhar uma longa distância até o ponto de ônibus mais próximo para, a partir daí, poderem acessar os serviços disponíveis e alternativos de transporte com destino a outros pontos da cidade. Dados levantados em relação à estrutura das casas, lotes vazios o relatório chegou as seguintes dados:

Tabela 30			
Rua	Lotes vazios	Casas de Madeira	Casas de Alvenaria
Rua do Aeroporto	00	03	17
Avenida do Aeroporto	03	22	109
Travessa do Aeroporto	00	01	01
Rua Porto da Balsa	08	27	63
Muro do Aeroporto	00	13	32
Rua Beira Rio	02	09	10
Rua São José	02	17	45
Travessa São José	01	11	33
Rua da Colina	01	08	33
Rua São Raimundo	00	09	19
Rua das Cacimbas	17	54	147
Rua Coronel Lins	00	02	16
Rua Pedro Marinho	00	14	50
TOTAL	34	190	575

Fonte: Banco de Dados do Setor de Serviço Social/SDU 2013

Figura 21 – Relação de lotes vazios e estrutura das casas
Fonte: Marabá (2013)

O regime habitacional das famílias do Amapá possuem características particulares em relação ao restante da cidade, onde a maioria das famílias de baixa renda residem num sistema de coabitação, ou seja, mais de uma família vivendo em uma mesma residência. O padrão de ocupação espacial das casas também é diferenciado estilo germinando (coladas) conforme imagem



Figura 22
Fonte: Marabá (2013)

O regime habitacional das famílias de baixa renda apresenta uma situação ex



estrutura cerca de 765 casas não possuem infraestrutura básica como asfaltamento, coleta de lixo, água encanada ou acesso a rede de esgoto o que provoca exposição dessas famílias a diversos tipos de doenças e afeta a qualidade de vida como um todo, ou seja, pessoas que estão expostas a vulnerabilidade social. O relatório nº3 do PLHI propõe a criação de 6.211 novas unidades habitacionais ou aproveitamento de locais vagos em relação aos bairros onde a pesquisa foi selecionada entre eles o bairro Amapá desta forma suprindo o déficit habitacional quantitativo de pessoas com renda com até três salários mínimos até 2017.

No final do relatório outros apontamentos estão direcionados as recentes ocupações irregulares na cidade como “São Miguel da Conquista”, “Invasão da Lucinha”, “Nossa Senhora Aparecida”, “ Invasão da Fanta” dentro outros como uma demanda por regularização fundiária e que no município como um todo existe um déficit de mais 35.000 mil moradias, ressaltamos a importância do relatório como um instrumento propositivo que direciona as ações da prefeitura e dos demais órgãos em relação a melhoria de infraestrutura não só no bairro do Amapá como também em outras áreas da cidade e que as ações de intervenção são necessárias para promover uma melhor qualidade de vida sobretudo a população de baixa renda que reside em áreas de risco social e ambiental garantido a dignidade, respeito dessas populações.

Para que isso ocorra é preciso um envolvimento da população, para que façam valer seus direitos mínimos de sobrevivência garantindo assim sua cidadania e o seu direito de ir e vir. Existem algumas falhas no relatório em relação a elaboração e diagnóstico das áreas de estudo principalmente pela não aplicação de questionários e pesquisas a campo pauta-se principalmente em dados pré existentes sendo no fim das contas uma pesquisa quantitativa. Ressaltamos que a pesquisa foi efetuada em apenas quatro áreas do município de Marabá o que por si só não é capaz de dar um diagnóstico mínimo da realidade a que se propõe o referido documento.

Mesmo diante desta constatação é possível se apropriar dos dados apresentados e propor medidas que mitiguem as situações de vulnerabilidade que a população das áreas estudadas e de outras que não foram contempladas promovendo a criação de políticas públicas que atendam as demandas.

3. CONCLUSÕES

A formação socioespacial do município de Marabá está atrelada as dinâmicas naturais dos rios Itacaiúnas e Tocantins bem como o resultado das intervenções de agentes externos a região amazônica que através de políticas de colonização e da criação de grandes projetos resulta em intensa migração. E como não há um planejamento adequado que comporte os diferentes atores que são atraídos por essas políticas ocorre conflitos e disputas por moradia e por terras que ecoam ainda hoje na paisagem urbana-rural da região sudeste paraense.

Podemos observar essa realidade na configuração do espaço urbano da cidade que ora planejada ou por ocupações irregulares vai expandido o perímetro urbano, neste contexto e organização espacial encontra-se o bairro Amapá um dos mais antigos da município com mais 70 anos que reflete as desigualdades espaciais devido a apropriação por agentes sociais constituído em diferentes momentos históricos, estes que apresentam interesses divergentes, em outros convergentes o que provoca uma diferenciação espacial.

Como descrevemos nos capítulos anteriores a produção do espaço urbano, é gerado por agentes sociais concretos que se apropriam, transformam e consomem espaço através de articulação e/ou conflito entre estes, bem como, os diferentes interesses de cada sujeito social ao se apropriar de determinado espaço e como resultado da ação desses sujeitos acaba se materializando no espaço. Neste sentido essa ação pode ser observada na configuração e no arranjo espacial do bairro que pode ser dividido em duas partes a área próxima a rodovia Transamazônica conhecido como setor institucional por apresentar diversos órgãos públicos e instituições privadas uma área atendida com infraestrutura de asfaltamento, rede água-esgoto, casas de padrão aquisitivo elevado e a parte mais baixa do bairro próxima ao rio que sofre com a falta de estrutura mínima onde a população de baixa renda utiliza-se de poços para suas necessidades mais básicas.

A precarização do bairro ocorre principalemnte a partir da construção da ponte sobre o rio Itacaiúnas que corta o fluxo do porto das conoinhas que até então era a única via de ligação entre o bairro e a cidade velha constituindo-se como um importante nó de fluxo populacional dentro da cidade, e com a ponte ocorre declínio de movimentação de pessoas e mercadorias dentro do bairro relegando-o a uma inserção parcial ao restante da cidade e que provoca um ajuste dos sujeitos que depediavam desse fluxo pelo bairro, outras atividades começam a ser desenvolvidas para suprir essa demanda como extração de areia e seixo.

Existem diversas demandas no bairro em relação a infraestrutura básica, mobilidade, saúde, educação, habitação diante deste cenário a prefeitura através do PLHI - Plano Local de Habitação e Interesse Social buscou diagnosticar a real situação do bairro e através deste plano propor medidas de intervenção.

Analisando o plano existem considerações positivas e negativas a respeito da elaboração e das ações propostas no mesmo. Em relação aos aspectos positivos o plano como um instrumento político pode e deve ser incorporado pelas associações de bairro com fins de cobrar melhor estrutura para seus respectivos bairros e ações que visem a melhoria da qualidade de vida. Outro ponto positivo em relação ao relatório apresentado e os dados relativos ao déficit habitacional e a atual estrutura ou falta dela presente em algumas partes do bairro do Amapá principalmente em áreas baixas próximas ao rio, ou seja, o próprio documento demonstra a diferenciação especial que existe no bairro e propõe medidas que minimizem essas diferenças.

O ponto negativo reside na forma como os dados foram coletados principalmente em bases pré-existentes não havendo assim a pesquisa *in loco* o que indica que a pesquisa fora mais quantitativa do que qualitativa e demonstra apenas parte da realidade dos lugares estudados. Outra questão que ressalto em relação ao universo da amostragem da pesquisa contemplando 04 áreas dentro do município não permitindo assim um diagnostico com mais riqueza de detalhes o que deixa muito superficial.

4. REFÊRENCIAS

ALMEIDA, José Jonas. **A Cidade de Marabá sob o Impacto dos Programas Governamentais**. Dissertação (Mestrado em História). São Paulo: USP, 2008.

CARLOS. A. F. A. Da “organização” à “produção” do espaço no movimento do pensamento geográfico. In: CARLOS. A. F.A; SOUZA. M.L; SPOSITO. M.E.B (Orgs). **A produção do espaço urbano**. São Paulo : Contexto, 2011.

CABRAL, Ligia Maria Martins. **O rio Tocantins no olhar dos viajantes: paisagem, território, energia elétrica**. Rio de Janeiro: Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, 436p. 2013.

CASTELLS, M. **A questão urbana**. Trad. Arlene Caetano. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CARLOS. A. F. A. **Espaço-tempo na metrópole: a fragmentação da vida cotidiana**. São Paulo : Contexto, 2001.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo : Editora Ática, 1989.

_____. **Trajéorias Geográficas**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p. 121-142.

COSTA. A. A. da. **A verticalização e as transformações do espaço urbano de Natal-RN**. 2000. 354 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

DIAS, Catarina Vergolino. Marabá: centro comercial da castanha. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, ano 20, n 4, p. 383-425, 1958.

EMMI, Marília. **A oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais**. Belém: UFPA/NAEA, 1999.

GONÇALVES, Thalimar M. **A Dinâmica do Espaço Urbano: um estudo sobre o bairro Parque Residencial Laranjeiras**. 102f. Monografia – Departamento de Geografia. Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2007.

GOUVEIA. A. T. de A. **Um olhar sobre o bairro: Aspectos do Cabula e suas relações com a cidade de Salvador**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

GEOMARABA. Disponível em:<<http://www.terrabrasil.org.br/ecotecadigital/pdf/geomaraba-perspectivas-para-o-meio-ambiente-urbano.pdf>>.

MARQUES, Eduardo, TORRES, Haroldo. São Paulo: **segregação, pobreza e desigualdades sociais**. São Paulo: Senac, 2005.

MARABÁ. **Plano Local de Habitação de Interesse Social de Marabá 2 (PLHIS)**. Relatório elaborado pela equipe técnica da SDU, 2013. Disponível em <<http://maraba.pa.gov.br/wp-content/uploads/2015/08/Livro-2.pdf>>

RIBEIRO, Rovaine. **As Cidades Médias e a Reestruturação da Rede Urbana Amazônica: A Experiência de Marabá no Sudeste Paraense**. Dissertação (Mestrado em Geografia). São Paulo: USP, 2010.

ROSSI, A. **A arquitetura da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

RUSSI, Anilson. **Entre o Legal e o Real a Regularização Fundiária nos Assentamentos Urbanos Informais do Município de Marabá**. Dissertação (Mestrado em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amaônia). Marabá: UNIFESSPA, 2014.

TORRES, H. G. **Vulnerabilidade Socioambiental na Cidade de São Paulo: uma análise de famílias e domicílios em situação de pobreza e risco ambiental**. Revista São Paulo em Perspectiva, São Paulo, volume 20, número 1 – jan./mar. 2006.

SILVA, Idelma. S. **Migração e Cultura no Sudeste do Pará: Marabá (1968-1988)**. 181f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 181p, 2006.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. **O que pode o ativismo de bairro?** Reflexão sobre as limitações e potencialidades do ativismo de bairro à luz de um pensamento autonomista. 1988. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro, 1988.

SOUZA, C. G. N de. **Centralidade intraurbana: uma discussão a partir do Núcleo Marabá Pioneira em Marabá (PA)**. 2014. f. 96. Monografia (Licenciatura e Bacharelado em Geografia). Faculdade de Geografia da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA), Marabá (PA).

SOUZA, M. L. de. O bairro contemporâneo: ensaio de abordagem política. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, v. 51, n.2, p. 140-172, 1989.

SOUSA, A. C. M. **Os parceiros do rio Bonito**. São Paulo: Duas Cidades, 1987.

SPOSITO, M. E. B. **Capitalismo e urbanização**. – 7ª Ed. – São Paulo: Contexto, 1996.

TEDESCO, Leticia da Luz. **No trecho dos garimpos: Mobilidade, gênero e modos de viver na garimpagem de ouro amazônica**. Amsterdam, 2015. 412p.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Editora Studio Nobel, 2001.